

AMBIENTE *Governo é a favor de mais estudos, mas continua contra maior proteção*

País mantém posição sobre mogno

DA REDAÇÃO

O Brasil não pretende mudar sua posição sobre a proposta de aumento à proteção ao mogno, que deverá ser votada amanhã num encontro internacional sobre o comércio de espécies ameaçadas no Chile. A postura brasileira, contrária à proposta, tem causado protestos de ambientalistas.

Na última sexta-feira, o minis-

tro do Meio Ambiente, José Carlos Carvalho, divulgou uma nota na qual anunciou que o governo defenderá a prorrogação do mandato de um grupo de trabalho formado pelos países produtores (como Brasil, Bolívia e Peru) para avaliar o estado do mogno.

Segundo o Itamaraty, no entanto, isso não deverá influir na posição brasileira na 12ª reunião da Cites (Convenção sobre o Comér-

cio Internacional de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora), em Santiago. "São coisas diferentes", disse à **Folha** a diplomata Midzi Gurgel Valente, negociadora-chefe do Brasil no encontro.

A Guatemala e a Nicarágua defendem a inclusão do mogno no chamado apêndice 2 da Cites, no qual importadores e exportadores têm de se responsabilizar pela origem da madeira. O Brasil teme

que a inclusão seja usada por países desenvolvidos como barreira não-tarifária ao mogno brasileiro e quer que a espécie permaneça no apêndice 3, categoria na qual só o exportador exerce o controle.

Segundo Carvalho, a inclusão no anexo 2 "pode agravar a situação atual" da espécie. Gurgel disse que a o GT do mogno fez um "ótimo trabalho", mas que ainda falta informação sobre a espécie.

INSTITUTO	
 Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	FSP (Ciência)
Fonte	FSP (Ciência)
Data	12/11/2002 Pg 113
Class.	500